

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALMIR CARRILHO PINTO DA FONSECA

CONJUGADO ANFÍBIO:

análise do emprego de um Amphibious Ready Group à luz da teoria de Alfred

Mahan e Julian Corbett após o término da Guerra Fria.

Rio de Janeiro

2021

CC ALMIR CARRILHO PINTO DA FONSECA

CONJUGADO ANFÍBIO:

análise do emprego de um Amphibious Ready Group à luz da teoria de Alfred

Mahan e Julian Corbett após o término da Guerra Fria

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Alexandre Ricciardi dos Reis

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me iluminado durante essa jornada e permitir que tudo isso fosse concretizado.

A meus amados pai e mãe, Capitão de Mar e Guerra (Ref) Almir Corrêa Pinto da Fonseca (in memorian) e Regina Coeli Pires Carrilho, pelo amor, orações, educação e cuidado que me permitiram chegar até aqui.

À minha amada esposa, Michelle Ferreira da Silva, pelo incondicional apoio ao longo de todo o curso. Agradeço a compreensão pelo tempo dedicado a esse importante requisito Profissional e, mais importante, por sua inspiradora presença em minha vida.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1 - FN) Alexandre Ricciardi dos Reis, pela disponibilidade irrestrita, pelos ensinamentos e incentivo que foram fundamentais para a elaboração e conclusão desse trabalho.

Aos companheiros da turma CEMOS 2021, que juntos conseguimos superar todos os desafios que nos foram tomados, pelo apoio e amizade ao longo do curso.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade oferecida no aprimoramento pessoal e profissional.

RESUMO

O propósito desta pesquisa é analisar a efetiva aderência entre o emprego de um *Amphibious Ready Group* (ARG) aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan e Julian Corbett, notadamente após o término da Guerra Fria. Realizou-se, para isso, uma pesquisa sobre a estratégia naval dos Estados Unidos da América (EUA), aliada ao conceito de emprego de um ARG. Analisou-se, como exemplos de emprego desse conjugado anfíbio, a Operação *Enduring Freedom* (OEF), o *Deployment 2010 (Amphibious Ready Group – Peleliu)*, o *Deployment 2016 (Amphibious Ready Group – Wasp)* e o *Deployment 2018 / 2019 (Amphibious Ready Group – Kearsarge)*. A narrativa fundamentou-se, pois, na Teoria do Poder Marítimo, nos Elementos do Poder Marítimo, balizados por Posição Geográfica, Caráter Nacional e Caráter de Governo, e, ainda, nos Princípios do Poder Marítimo, delimitados por conceitos de Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) e Posições Estratégicas e Bases, que explicam princípios teóricos defendidos por Mahan; além de controle do mar, proteção do comércio marítimo e operações militares em terra, devidamente propostas na teoria de Corbett. O estudo, além disso, estruturou-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, alicerçado em metodologia exploratória e dedutiva. Concluiu-se, após a comparação entre teoria, dados e evidências, que o conceito de emprego de um ARG, associado às estratégias da Marinha estadunidense desde o término da Guerra Fria, demonstra maior aderência à teoria proposta por Corbett do que aquela proposta por Mahan, com a devida ressalva de que as hipóteses se complementam em alguns pontos.

Palavras-chave: Alfred Thayer Mahan; Julian Stafford Corbett; conjugado anfíbio; Amphibious Ready Group; estratégia naval.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARG -	<i>Amphibious Ready Group</i>
ATF -	<i>Amphibious Task Force</i>
C ² -	Comando e Controle
EUA -	Estados Unidos da América
ED -	Embarcações de desembarque
GCC -	<i>Geographic Combatant Commands</i>
GAN -	Governo do Acordo Nacional
GptOpFuzNav -	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GVI-GP -	Grupo de visita, inspeção e guarnição de presa
LCM -	Linhas de Comunicações Marítimas
LF -	<i>Landing Force</i>
LHA -	<i>Landing Helicopter Assault</i>
LHD -	<i>Landing Helicopter Dock</i>
LPD -	<i>Landing Platform Dock</i>
LSD -	<i>Landing Ship Dock</i>
MAGTF -	<i>Marine Air-Ground Task Force</i>
MEU -	<i>Marine Expeditionary Unit</i>
MHT -	Movimento Helitransportado
NAM -	Navio-Aeródromo Multipropósito
NDCC -	Navios de Desembarque de Carros de Combate
NDM -	Navio-Doca Multipropósito
OEF -	Operação <i>Enduring Freedom</i>
OOL -	<i>Operation Odyssey Lightning</i>

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

SECNAV - Secretary of the Navy

USMC - *United States Marine Corps*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	Alfred Thayer Mahan.....	11
2.1.1	A teoria do poder marítimo.....	13
2.1.2	Os elementos do poder marítimo.....	14
2.1.2.1	Posição geográfica.....	15
2.1.2.2	Caráter nacional.....	16
2.1.2.3	Caráter do governo.....	17
2.1.3	Princípios do poder marítimo.....	18
2.1.3.1	Linhas de comunicação marítimas.....	19
2.1.3.2	Posições estratégicas e bases.....	20
2.2	Julian Stafford Corbett.....	22
2.2.1	O controle do mar e a proteção do comércio marítimo segundo Corbett.....	23
2.2.2	Operações militares em terra.....	25
3	A ESTRATÉGIA NAVAL DOS EUA NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA E O CONCEITO DE UM AMPHIBIOUS READY GROUP	28
3.1	O conceito de emprego de um Amphibious Ready Group.....	31
3.2	O emprego de um ARG na estratégia naval dos EUA no pós-guerra fria.....	35
4	ADERÊNCIA ENTRE AS TEORIAS PROPOSTAS POR MAHAN E CORBETT AO CONCEITO DE AMPHIBIOUS READY GROUP NA ESTRATÉGIA NAVAL DOS EUA E APLICAÇÃO NA MARINHA DO BRASIL	39
4.1	Diferenças entre as estratégias navais propostas por Mahan e Corbett.....	39

4.2	Aderência entre o conceito de emprego do conjugado anfíbio ARG / MEU às teorias estratégicas propostas por Mahan e Corbett.....	43
4.3	Aplicação na Marinha do Brasil.....	47
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O fim da União Soviética, no início da década de 1990 e, conseqüentemente, o término da rivalidade entre as marinhas vinculadas ao Pacto de Varsóvia¹ e da Organização do Tratado do Atlântico Norte² (OTAN), provocaram mudanças estratégicas na marinha dos Estados Unidos da América (EUA), que migrou de controle do mar para controle terrestre. Essa mudança de postura foi registrada em edição das publicações *From the sea*³ (UNITED STATES, 1992) e *Forward... from the sea*⁴ (UNITED STATES, 1994) pelo *Secretary of the Navy*⁵. Estava claro, pois, que a marinha estadunidense deixava de expressar o poder marítimo dela na imagem de Mahan e, por conseguinte, adotava ações orientadas pela teoria proposta por Julian Corbett (TILL, 2018).

Destaque-se, assim, neste estudo, entre as diversas formas de emprego, a utilização de Forças anfíbias por intermédio de um conjugado anfíbio⁶ que, ampliadas em escala global, efetivam-se em componente de grande importância a demandas estratégicas dos EUA, notadamente por propiciar posicionamento avançado, resposta rápida em situações de crises, projeção de poder e, também, por significar cooperação e segurança prestadas em diversos teatros de operações. Uma *Marine Expeditionary Unit* (MEU)⁷ e um *Amphibious Ready Group*

¹ Pacto de Varsóvia - Acordo militar firmado em 14 de maio de 1955, durou até o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e estabelecia aliança entre os países socialistas do leste europeu e a URSS. (Cf. HIGA, c2021)

² OTAN – A Organização do Tratado do Atlântico Norte é uma instituição militar criada durante o contexto inicial da guerra fria e que, basicamente, representava um tratado de defesa mútua entre os países-membros. (Cf. PENA, c2021)

³ “...A partir do mar.” (Tradução nossa).

⁴ “Avançado... a partir do mar.” (Tradução nossa).

⁵ *Secretary of the Navy* (SECNAV) - O SECNAV é um cargo estatutário e chefe do Departamento da Marinha, no Departamento de Defesa dos EUA.

⁶ Conjugado Anfíbio – Traduz-se em uma Força Naval, com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval. (Cf. BRASIL, 2020a)

⁷ *Marine Expeditionary Unit* (MEU) – Unidade expedicionária composta por aproximadamente 2.600 militares entre integrantes da marinha e do corpo de fuzileiros navais.

(ARG)⁸, associados, fornecem aos *Geographic Combatant Commands* (GCC)⁹ forças expedicionárias distribuídas em diversos pontos ao redor do globo terrestre, baseadas no mar, capazes de executar missões variadas, como operações conjuntas, interagências e de coalizão, além de estabelecerem integração com Forças de Operações Especiais. Saliente-se, pois, que nenhuma outra força se assemelha a essa capacitação, aliada à vantagem estratégica de sustentar-se logisticamente por longos períodos (UNITED STATES, 2014).

O binômio ARG / MEU apresenta, entre características principais, a agilidade operacional e a prontidão vinculada à capacidade de executar variadas missões a grandes distâncias de suas bases. Essa força conjunta, portanto, é ideal para proteger os interesses estadunidenses, responder a situações de crises e operar com demais meios integrantes de forças de coalizão. ARGs / MEUs apoiaram diversas missões, como a Operação *Enduring Freedom* (OEF)¹⁰ (2001 - 2014); regataram marinheiros a bordo do navio mercante MAGELLAN STAR tomado por piratas somalis; e prestaram assistência humanitária em desastres naturais. Essas operações recentes destacam e chancelam a flexibilidade e a agilidade de um ARG / MEU para oferecer suporte aos GCC.

Esta narrativa objetiva, então, analisar a aderência entre o emprego de um ARG aos princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan e Julian Corbett. Prioriza-se, para isso, o emprego de metodologia descritiva e analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, por sua vez, será apresentada a teoria do Poder Marítimo de Mahan. Inicia-se com breve contextualização histórica de sua obra, e serão abordados alguns aspectos de seu

⁸ *Amphibious Ready Group* (ARG) - Uma organização por tarefa da marinha formada para conduzir operações anfíbias, comandada por um comandante de esquadrão anfíbio (UNITED STATES, 2019).

⁹ *Geographic Combatant Commands* (GCC) – O Departamento de Defesa estadunidense possui sete GCC que consistem em comandos combatentes unificados que operam em áreas de responsabilidade específicas e têm um foco militar regional. (Cf. UNITED STATES, [2021?]a)

¹⁰ Operação *Enduring Freedom* (OEF) – Operação “Liberdade Duradoura”. (Tradução nossa).

pensamento estratégico, com ênfase nas linhas de comunicação marítimas (LCM), conceitos de comando do mar e de bases avançadas. Descreve-se, em seguida, o marco teórico sobre o pensamento de Corbett, com abordagens de teorias sobre guerra, guerra naval e a condução desta, com destaque a questões acerca de controle do mar, proteção de comércio marítimo e operações militares em terra. Analisa-se, a seguir, as principais diferenças entre os dois estrategistas e de que maneira influenciaram o conceito de emprego de um ARG.

Apresenta-se, no terceiro capítulo, as estratégias navais *From the sea* (UNITED STATES, 1992) e *Forward... from the sea* (UNITED STATES, 1994) com a devida descrição sobre o emprego de um ARG, potencialidades, limitações e exemplos de operações em que foi utilizado, além de análise acerca do uso efetivo dos ARGs, a partir da década de 1990.

Relata-se, no quarto capítulo, a comparação entre esses dois estrategistas, os pontos de aderência entre eles no conceito de emprego do ARG e a devida aplicação à Marinha do Brasil.

Responde-se, finalmente, na conclusão, por meio da comparação dos teóricos clássicos descritos no segundo capítulo, em contraposição aos resultados da análise do quarto capítulo, à questão que enseja esta pesquisa, qual seja, se esses autores clássicos influenciaram, total ou parcialmente, no conceito de emprego de um ARG.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Estratégia Marítima clássica e variantes dela desenvolveram-se, principalmente, a partir do final do século XIX. Teóricos como o contra-almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e o historiador inglês Julian Stafford Corbett (1854-1922) contribuíram de forma singular e preponderante para o desenvolvimento dessa estratégia. A primeira comparação plausível entre esses teóricos é a de que Mahan considerava que a função prioritária de uma esquadra, por meio da “batalha decisiva”, era destruir a esquadra adversária a fim de garantir o domínio do mar. Corbett, por sua vez, identificou as linhas de comunicações marítimas (LCM) do adversário como o objetivo essencial de operações navais e, além disso, enfatizou o valor primordial de realizar operações militares em terra.

Apresenta-se nesta seção, a fundamentação teórica deste trabalho, com ênfase na abordagem da teoria proposta por Alfred Thayer Mahan, notadamente sobre o poder marítimo; elementos do poder marítimo, com destaque a posições geográficas, caráter nacional e de governo; e em princípios do poder marítimo, com realce a LCM e a posições estratégicas e bases. Expõe-se, em seguida, a teoria proposta por Julian Stafford Corbett, com primazia ao controle do mar e à proteção do comércio marítimo, bem como a operações militares em terra.

2.1 Alfred Thayer Mahan

Alfred Thayer Mahan nasceu em 27 de setembro de 1840, filho de Dennis Hart Mahan, um professor da academia militar de *West Point*. Demonstrou, ao ingressar na Marinha dos EUA, interesse por História, porém, mais adiante, denotou predileção por atribuições e importância do poder marítimo e, em nome dessas especificidades, integrou-se, como

conferencista, à equipe da *Naval War College*¹¹, em Newport, Rhode Island. A obra mais relevante dele, *The influence of sea power upon history, 1660–1783*, foi publicada em 1890. O livro é, até hoje, referência na literatura especializada no tema. Mahan faleceu em 1914 (TILL, 2018).

Após graduar-se em Annapolis, em 1859, a carreira de Mahan ganhou notoriedade, curiosamente, por demonstrar inabilidade específica em manobras marinheiras, notadamente nos episódios ocorridos, em 1874, enquanto esteve no comando do USS *Wasp*, no Rio da Prata, em que colidiu com a porta flutuante de um dique seco, em Montevideú, com uma barca no mesmo porto e, posteriormente, com um navio de guerra argentino, no porto de Buenos Aires, durante uma tempestade; e, mais tarde, em 1883, enquanto no comando do USS *Wachusset*, abalroou uma barca a vela que detinha preferência de passagem (ALMEIDA, 2009).

Destaque-se, entre os períodos da carreira de Mahan, a atuação dele enquanto esteve a bordo do USS *Pocahontas* durante a Guerra de Secessão, em que participou do ataque às forças confederadas, em Port Royal, na Carolina do Norte, em novembro de 1861; no USS *Iroquois*, na Ásia, época, sobretudo, proveitosa e produtiva por sedimentar a formação intelectual, uma vez que a História passou a fazer parte da vida dele, principalmente pela leitura de obras de John Motley, Leopold Van Ranke e François Pierre Guizot. Mahan, em 1878, percebeu-se ainda mais motivado por produção textual ao obter o 3º lugar em um concurso de monografias, ao apresentar um trabalho considerado reformista a respeito de educação naval, patrocinado pelo *United States Naval Institute*¹²; e, em 1884, finalmente, recebeu o convite do Comodoro Stephen Luce para lecionar História Naval e Estratégia na recém-fundada *Naval War College*, em Newport. Dedicou-se, a partir de então, integralmente, ao desenvolvimento intelectual no ambiente acadêmico. Desenvolveu, para isso, pesquisas no segmento de História Naval, com ênfase nos séculos XVII e XVIII, ao conduzir estudos de compatibilidade entre

¹¹ Escola de Guerra Naval. (tradução nossa).

¹² Instituto Naval dos EUA. (tradução nossa).

guerras terrestres e navais, com o objetivo de formular estratégia eminentemente naval (ALMEIDA, 2009).

Evidencia-se, a seguir, a teoria do poder marítimo proposta por Mahan. Expõe-se, adiante, a preponderância de três elementos do poder marítimo que seriam essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Analisa-se, finalmente, a relevância dos princípios do poder marítimo identificados na teoria desenvolvida por Mahan.

2.1.1 A teoria do poder marítimo

De acordo com Crowl¹³ (1986 citado por ALMEIDA, 2009), Mahan não definiu exatamente qual seria o conceito de poder marítimo, porém promoveu debate amplo sobre o seu significado. Mahan, assim, adotou a Grã-Bretanha como paradigma. Utilizou, para isso, a correspondência de causa e efeito entre o poder marítimo e a preponderância nacional. Esse poder, para ele, como instrumento de política externa do país, seria capaz de projetar e expandir a influência nacional ao redor do mundo. O poder marítimo, dessa forma, seria um dispositivo e um fator decisivo na história; e a marinha de guerra, por essa condição imanente do poder marítimo prevalente, necessitaria, pois, ser superior no mar para ser empregada corretamente próxima à costa adversária. O poder marítimo seria, então, o resultado da associação de componentes materiais e anseios políticos que fariam do controle do mar a conexão, por intermédio da qual, a riqueza poderia ser acumulada para que, mais tarde, pudesse ser transformada em mais poder, com maior potencial, enfim, de influenciar acontecimentos e comportamentos (CAMINHA, 1986 *apud* ALMEIDA, 2009).¹⁴

¹³ CROWL, Philip A. Alfred Thayer Mahan: the naval historian. *In*: PARET, Peter; CRAIG, Gordon A.; GILBERT, Felix (ed.). **Makers of modern strategy: from Machiavelli to the nuclear age**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1986. p. 444-477.

¹⁴ CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Mahan: sua época e suas idéias. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 106, n. 7/9, p. 15-70, jul./set. 1986.

A leitura de textos de Mahan sugere, algumas vezes e a alguns, a incorreta compreensão das expressões *sea power*¹⁵ e *naval power*¹⁶, que possuem significados diferentes. De acordo com Sumida¹⁷ (1997 citado por ALMEIDA, 2009), Mahan procurou apresentar o conceito de poder marítimo como a associação entre as atividades de comércio mundial gerada pela economia e a defesa desse comércio por uma marinha de guerra, enquanto o poder naval referia-se à força organizada estabelecida por um governo, consubstanciada, pois, como ramificação do poder marítimo.

De acordo com Almeida (2009), os navios eram os componentes fundamentais do comércio internacional, em razão de o tráfego marítimo ser mais rápido e econômico do que a modalidade terrestre. Para que houvesse evolução marítima comercial, portanto, base fundamental para o progresso nacional, três aspectos político-econômicos deveriam ser contemplados, a saber: a produção, que possuiria como suporte fundamental de desenvolvimento a necessidade de troca de bens e a base econômica do país; o *shipping*¹⁸, que englobaria a capacidade de transporte de produtos por via marítima, bem como navios mercantes e suas tripulações; e as colônias e entrepostos, que contribuiriam para as ações de envio e operações de troca. Estabeleceu-se, com base nessas três categorias, a expressão trindade mahaliana¹⁹.

2.1.2 Os elementos do poder marítimo

¹⁵ “Poder marítimo.” (Tradução nossa).

¹⁶ “Poder naval.” (Tradução nossa).

¹⁷ SUMIDA, Jon Tetsuro. **Inventing grand strategy and teaching command: the classic works of Alfred Thayer Mahan reconsidered.** Washington, DC: John Hopkins University Press, 1997.

¹⁸ “Envio.” (Tradução nossa).

¹⁹ Essa expressão não existe na literatura corrente, tendo sido cunhada pelo CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida para melhor definir esses três aspectos econômicos fundamentais para a prosperidade nacional, segundo Mahan.

Segundo Almeida (2009), Mahan expôs a existência de seis condições que poderiam influenciar o poder marítimo, que seriam características essenciais para o seu desenvolvimento, quais sejam: posição geográfica, configuração física, extensão do território, população, caráter nacional e de governo. Serão detalhadas, a seguir, três dessas condições, consideradas mais relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

2.1.2.1 Posição geográfica

De acordo com Mahan (1890), a posição geográfica enfatizava, principalmente, a situação favorável, por exemplo, da Inglaterra, ao mencionar que se uma determinada nação está localizada de forma que não seja impelida a defender-se por terra ou mesmo sentir-se obrigada a aumentar o território por terra, ela dispunha de vantagem em relação aos povos dotados de fronteiras continentais. Essa teria sido a grande vantagem das Ilhas Britânicas que, por sua posição geográfica insular, não sofreria esse tipo de ameaça. Somando-se a essa vantagem, segundo Almeida (2009), essa posição possibilitaria concentração naval em algumas regiões costeiras e, simultaneamente, a distribuição em outros locais menos comprometidos.

A França, por sua vez, outro exemplo, disporia de situação menos favorável, pois embora apresentasse vantagem geográfica aparente por se defrontar ora com o Oceano Atlântico, ora com o Mediterrâneo, tornava-se frágil devido à existência de uma posição geográfica como o território ultramarino de Gibraltar, sob administração da Grã-Bretanha, o grande rival marítimo, que poderia, assim, impedir a união das suas duas esquadras em Brest e Toulon, contrariando, dessa forma, o princípio da concentração de forças (ALMEIDA, 2009).

Mahan enfatizava, ainda, que uma situação similar afetava os EUA, precisamente por resguardar interesses tanto no Oceano Atlântico quanto no Oceano Pacífico. Havia, então, a necessidade de controlar a Zona do Canal do Panamá, pois permitia a conexão de suas forças

navais presentes nos dois oceanos (ALMEIDA, 2009).

Percebe-se, desse modo, nos exemplos históricos destacados por Mahan, a interferência de aspectos geográficos na concepção do poder marítimo, com a ênfase devida de que alguns Estados possuem posições privilegiadas, enquanto outros necessitam criar possibilidades para superar adversidades impostas pela geografia na concepção de estratégia marítima.

2.1.2.2 Caráter nacional

Segundo Almeida (2009), Mahan afirmava existir, em alguns povos, a aptidão para o mar e o entendimento de que o comércio marítimo seria um dos motivos para o desenvolvimento nacional.

Mahan (1890) cita os exemplos de ingleses e holandeses que, como povos marítimos, buscavam construir riquezas não pela guerra, mas pelo trabalho, tomando o caminho mais longo, em vez do que, em tese, seria o trajeto mais curto para alcançar a riqueza. O autor, por isso, defendeu que esses dois povos de mesma raça eram formados por homens de negócios, comerciantes, produtores e negociadores. Eles agiam, tanto no país natal, como no exterior, de maneira comprometida para extrair os recursos da terra, com o objetivo de beneficiá-los e torná-los rentáveis. Tornaram-se, assim, em sua terra natal, grandes produtores; no exterior, por sua vez, demandavam cada vez mais o transporte por navios, na exata proporção de terras prósperas, produção crescente e desenvolvimento comercial. Houve, portanto, aumento na frota em razão do aumento de demandas comerciais. Os países com menor propensão ao comércio marítimo, como a França, por maior que fossem, requisitavam produtos e o emprego de navios. Assim, de diversas maneiras, contribuíram para reiterar a premência de exercer poder no mar.

Mahan, dessa forma, acreditava que o povo estadunidense era constituído da mesma

propensão comercial do inglês e que, caso recebesse estímulos semelhantes, poderia prosperar e, conseqüentemente, desenvolver o poder marítimo (ALMEIDA, 2009). Para Mahan (1890), a predisposição para o comércio, capaz de contemplar a produção para fins de comercialização, traduz-se em característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder marítimo.

2.1.2.3 Caráter do governo

Mahan (1890) afirma que as formas de governo, aliadas a instituições que as acompanham, e ainda o caráter de governantes em suas respectivas épocas, exerceram influência decisiva e relevante no desenvolvimento do poder marítimo.

Segundo Almeida (2009), Mahan cita o exemplo da Inglaterra que, com base em políticas navais definidas, desde o reinado de Elizabeth I²⁰, consolidou a mentalidade naval que se difundia até os mais jovens comandantes navais ingleses do período. Ele relata o caso de um navio de guerra inglês, comandado por um jovem oficial, que abriu fogo com três tiros de canhão contra um navio de bandeira francesa, em visita oficial à Inglaterra, que se recusou a cumprir a orientação de arriar a bandeira francesa ao entrar em águas inglesas. O comandante inglês, por sua vez, alegou ser justo e honroso cumprir a determinação do rei e expressar que a Inglaterra era a senhora dos mares.

De acordo com Mahan (1890), as políticas governamentais deveriam acompanhar caminhos distintos, um em situação de paz e outro em tempos de guerra.

Em situação de paz, a política de governo poderia propiciar o crescimento de indústrias e a fomentar disposição na população a fim de incentivá-la a buscar riquezas por via

²⁰ Elizabeth I – Rainha da Inglaterra no período de 1558 a 1603. (Cf. ELIZABETH... c2021)

marítima. O estímulo a uma marinha mercante poderosa era primordial para potencializar uma marinha de guerra pujante, visando a sua defesa (MAHAN, 1890). Os EUA, por sua vez, dispõem, atualmente, da quinta maior frota de navios mercantes do mundo.²¹

Em situação de guerra, entretanto, o governo deveria estabelecer uma marinha de guerra compatível com o crescimento de sua marinha mercante e proporcional a interesses relacionados a ela. Seria igualmente importante, que instituições propiciassem a formação de uma reserva adequada de homens e navios, aliada ao estabelecimento de bases navais em diversas partes do mundo, a fim de viabilizar a segurança de navios mercantes. A proteção dessas bases, por sua vez, deveria ser realizada por meio de força militar nacional ou de população local amistosa nas cercanias, tal qual os colonos americanos que se deslocaram para a Inglaterra. A periferia amigável e o apoio a essas bases, aliados à provisão militar adequada, representariam defesa contundente e, combinados com a preponderância no mar, formariam império vasto e seguro como a Inglaterra (MAHAN, 1890). De acordo com Mainardi (2021), os EUA possuem, hoje, a marinha de guerra mais poderosa do planeta.

2.1.3 Princípios do poder marítimo

Segundo Mahan (1890), o comando do mar não significa captura de navios ou de comboios individuais que, dessa maneira, desestruturaria a economia de determinada nação inimiga, mas, sim, a perpetuação de poder prevalente sobre o mar que afastaria o inimigo dos oceanos, de modo que ele aparecesse apenas como fugitivo. O comando do mar, assim, corresponde a uma condição estratégica, alcançada por supremacia naval, viabilizada por intermédio de força ou de ameaça de emprego de força.

²¹ NÚMERO... 2020.

Conquistar esse comando do mar somente seria possível por meio da “batalha decisiva”, que consistiria na aniquilação da esquadra inimiga. O objetivo das marinhas de guerra, dessa forma, seria destruir o inimigo por meio de uma grande batalha naval (ALMEIDA, 2010).

Percebe-se, em resumo, que em tempos de paz, as marinhas existiam para a proteção do comércio, pois o poder nacional, a segurança e a prosperidade dependiam do mar como meio de transporte. Em tempos de guerra, por sua vez, elas deveriam neutralizar a esquadra adversária, destruir o comércio inimigo e ameaçar seus interesses em terra, protegendo benefícios conquistados (TILL, 2018). Ressalte-se que essa destruição forçaria o inimigo a aceitar a paz e que as guerras seriam vencidas, preponderantemente, em razão de asfixia do comércio marítimo do adversário e, em contrapartida, as batalhas seriam perdidas se houvesse fracasso na destruição desse comércio. Para tanto, o controle das LCM e a anulação de qualquer ameaça adversária, deveriam ser utilizados para obter o domínio dos mares (ALMEIDA, 2010).

Depreende-se, em conclusão, que o domínio e o comando do mar só poderiam ser obtidos se fundamentados em quatro princípios preponderantes, a saber: a concentração de forças; uma posição central em relação às forças inimigas; pontos de operação a partir das linhas interiores; a posse de LCM, posições e bases de apoio. Serão analisadas, portanto, na próxima seção deste trabalho, este último princípio fundamental.

2.1.3.1 Linhas de comunicação marítimas

Mahan (1890) defende que o comércio marítimo realizado pelas LCM, de interesse de cada Estado, seria fator determinante para a obtenção de riqueza e poder.

O controle de rotas marítimas de comunicação, segundo Mahan, era a chave para a hegemonia mundial. Dispor de poder marítimo impositivo, pois, constituir-se-ia em

prerrogativa estratégica para que um Estado ambicione tornar-se potência mundial. O autor, nesse contexto, priorizava unicamente o fortalecimento dos EUA, que, à época, concebia-se e estabelecia-se em potência mundial. Expandir, portanto, o controle dos mares, diante de importância destacada do comércio marítimo internacional, aliada à inexistência de inimigos iminentes e ainda pela posição geográfica dos EUA, constituía-se no principal objetivo da estratégia estadunidense (VESENTINI, 2015).

Segundo Almeida (2010), Mahan afirmava que as linhas de comunicação eram linhas de movimento nas quais as esquadras e os exércitos mantinham-se conectados ao poder nacional e eram sustentados em condições de prontidão. Ele proclamava que era por intermédio dessas linhas que se dominava a guerra, por permitir, principalmente aos exércitos, o combate ininterrupto em território inimigo.

Reitere-se, em resumo, que para um Estado, a segurança de suas linhas de comunicação era a garantia da manutenção de energia vital. Para um Estado marítimo, por seu turno, a interrupção do fluxo comercial em suas linhas de comunicação precipitaria o fracasso e aceleraria a conseqüente derrota. Viabilizar comunicações fluidas e seguras, então, significaria controlar o mar, devidamente materializado por emprego de esquadras (ALMEIDA, 2010).

O próximo item abordará a questão de posições estratégicas e bases que, ainda hoje, são essenciais para a manutenção de segurança e de controle das LCM.

2.1.3.2 Posições estratégicas e bases

Para Mahan, a análise de um teatro de operações ou zonas de combate deveria ser realizada por uma posição ou cadeia de posições que poderiam afetar o controle da maior parte dessa região, sendo este, o principal e mais importante elemento a ser considerado (ALMEIDA, 2010).

O controle dos mares, nas proximidades das LCM, que se destacam pelo interesse e pelo comércio nacional, consistiriam em fator material fundamental de poder e progresso de uma nação. Para garantir esse controle, pois, seria imperioso o domínio de posições marítimas que contribuíssem para salvaguardar essa soberania. Mahan, a propósito, as designou como posições estratégicas (ALMEIDA, 2010).

De acordo com Almeida (2010), Mahan estabeleceu três condições principais para designar o valor estratégico de um ponto ou posição, quais sejam: a posição geográfica em relação às linhas estratégicas e de comunicação; o poderio militar ofensivo e defensivo da posição; e a disponibilidade de recursos naturais e artificiais na posição e na circunvizinhança, podendo, esta última, ser substituída por abastecimento contínuo advindo de poder marítimo preponderante. Um exemplo de posição estratégica, citada por Mahan, foi o território ultramarino de Gibraltar, que consistia em região bem localizada, considerada de grande potencial ofensivo e defensivo, mas que dependia do poder marítimo britânico e do controle do mar para manutenção de mantimentos indispensáveis, justamente por não possuir recursos essenciais.

O território de Gibraltar, ainda hoje, constitui-se em posição privilegiada. Tanto assim que a Marinha estadunidense utiliza em Rota, na Espanha, a *Naval Station Rota*²², que serve como ponto de apoio logístico e presença estratégica na região. Serão analisadas, ainda neste estudo, além dessa base naval, demais posições estratégicas como *Naval Support Activity Bahrain*²³, localizada próxima ao Estreito de Ormuz, e a base de operações em Camp Lemonnier, no Djibouti, localizada próximo ao Estreito de Bab el-Mandeb. Esses estreitos farão parte do teatro de operações das missões abordadas, como exemplo de operação do conjugado

²² “Estação Naval de Rota.” (Tradução nossa).

²³ *Naval Support Activity Bahrain* - Situada no Reino de Bahrain, é o lar do Comando Central das Forças Navais dos EUA e da 5ª Esquadra dos EUA. A NSA Bahrain fornece suporte operacional às Forças dos EUA e da Coalizão que operam em toda sua área de responsabilidade, garantindo a segurança de navios, aeronaves e destacamentos. Operam e mantêm instalações e serviços para meios, militares, funcionários civis e seus dependentes. (Cf. UNITED STATES, [2021?]b)

anfíbio ARG / MEU, por tratar-se, antes de tudo, de posições estratégicas devido ao expressivo volume de tráfego marítimo existente nessas regiões e, particularmente, nos Estreitos de Ormuz e Bab el-Mandeb, destacadamente por existirem riscos de conflitos, ataques terroristas e ações de pirataria.²⁴

Ainda de acordo com Mahan, os portos marítimos devem criar as próprias estratégias de defesa. A esfera de atuação de uma esquadra é, para ele, no oceano e o objetivo deve ser ofensivo e não defensivo, buscando o inimigo onde quer que ele esteja (TILL, 2018).

2.2 Julian Stafford Corbett

Julian Stafford Corbett nasceu em 1854 e graduou-se em Direito, em 1877. Apesar dessa formação, dedicou-se, inicialmente, à literatura e, mais tarde, à produção de livros de História. Ele acumulou, ao longo do tempo e, notadamente, por ser frequentador assíduo dos círculos militares, vasto conhecimento sobre a história e demais peculiaridades da Marinha Real Britânica. Alcançou, por isso, notório prestígio como historiador naval, condição essa que o levou a lecionar no *Royal Naval College Greenwich*²⁵ (MONTEIRO, 2011).

Assim como Mahan, Corbett compreendia a guerra naval como parte integrante de políticas mais amplas de uma determinada nação. Corbett, a propósito, recebeu influência preponderante de Clausewitz e Laughton. Diferentemente de Mahan, no entanto, ele atribuiu menor relevância a batalhas entre esquadras, posição que gerou, à época, algum desconforto entre integrantes da Marinha Real Britânica. Corbett, se propôs, ainda, a formalizar teorias e princípios da guerra naval, com destaque à arte da guerra naval, ao definir diferenças entre a

²⁴ ANG, 2021.

²⁵ *Royal Naval College Greenwich* – antiga Escola de Guerra Naval em Greenwich. (Cf. OLD ROYAL NAVAL COLLEGE; GREENWICH FOUNDATION, c2021)

guerra terrestre e a naval. Os princípios de controle do mar, ênfase no inimigo e manobra para obter vantagem tática, por sua vez, ainda fundamentam a base da guerra de manobra naval de hoje.²⁶

O conhecido postulado de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios, constituía, da mesma forma, uma proposição para Corbett. O alinhamento entre os dois teóricos fez com que Corbett fosse apelidado como o “Clausewitz da estratégia marítima” (MONTEIRO, 2011).

Serão apresentadas, a seguir, proposições, segundo Corbett, acerca de controle do mar e proteção de comércio marítimo; e, ainda, de operações militares em terra.

2.2.1 O controle do mar e a proteção de comércio marítimo segundo Corbett

De acordo com Corbett (2012), o objetivo principal da guerra naval deve ser, sempre, assegurar o controle do mar ou impedir que o inimigo o faça. Para ele, existia uma crença amplamente disseminada, de que, quando um Estado beligerante perdia o controle do mar, automaticamente esse controle passaria ao Estado vencedor, porém isso, para o autor, não corresponderia à realidade. O controle do mar estaria, efetivamente, sempre em disputa e não seria, portanto, estrategicamente, semelhante à conquista de um território. Corbett considerava que o mar não era suscetível a ser conquistado como propriedade, ao menos além de limites de águas territoriais, tendo em vista que não seria possível impedir que Estados neutros trafegassem por ele, da mesma maneira que poderia ser realizado dentro do próprio território. O grande valor que o mar representaria, então, estaria na possibilidade de utilizá-lo como meio de comunicação, pois quando se obtivesse o controle do mar, o Estado se colocaria em posição

²⁶ NAVY RECORDS SOCIETY, c2021.

de exercer pressão militar direta sobre a vida nacional do inimigo em terra, ao mesmo tempo em que, solidificar-se-ia contra ele e, concomitantemente, impediria o exercício de forças militares diretas.

Segundo Monteiro (2011), Corbett afirmava, em seu livro *England in the Seven Years War*²⁷, que a função primordial de uma esquadra seria a de vencer batalhas no mar, com a finalidade de contribuir para a defesa nacional. Estabelecia, além disso, outros três objetivos, a saber: alcançar a diplomacia naval; proteger ou destruir o comércio marítimo; e promover ou negar operações militares em terra.

Corbett considerava, a propósito de proteção ou destruição do comércio marítimo, que havia rotas de comércio necessárias ao apoio da esquadra, outras destinadas ao apoio de um exército expedicionário e aquelas à feição de atividades comerciais. Note-se, então, que ele se preocupava com as rotas fundamentais a esforços de guerra (apoio a esquadras e a exércitos expedicionários) e, ainda, com o fluxo comercial marítimo essencial a atividades de nações litorâneas. Pode-se considerar, neste último caso, que esse componente evoluiu para o que hoje se denomina operação de segurança marítima, embora esse conceito abranja, atualmente, um número maior de tarefas em relação às existentes no período de Corbett. Na contemporaneidade, entretanto, as marinhas envolvem-se em tarefas de combate ao terrorismo, ao tráfico de drogas, à pirataria, além de atuarem na garantia da lei e da ordem e na proteção a recursos marinhos (MONTEIRO, 2011).

Constata-se, no entanto, em relação a promover ou negar operações militares em terra, que, na atualidade, a projeção de poder fundamenta-se na capacidade de transporte estratégico e na realização de operações anfíbias, primados sobre os quais Corbett era um grande defensor. Ele reiterava que um dos papéis da marinha deveria ser prestar apoio necessário ao triunfo de uma operação militar. O autor, dessa maneira, dedicou a parte final de

²⁷ “A Inglaterra na Guerra dos Sete Anos.” (Tradução nossa).

sua obra às operações anfíbias, as quais denominava apoio naval a operações militares (MONTEIRO, 2011).

De acordo com Monteiro (2011), Corbett, no livro *Some Principles of Maritime Strategy*²⁸, caracterizou a função de proteger ou destruir o comércio marítimo como o principal objetivo da estratégia marítima. Essa concepção, a propósito, é reiterada ao apresentar e defender o conceito de controle do mar. Para Corbett, esse controle era relativo, uma vez que o fundamental seria o domínio das LCM, seja para fins militares ou comerciais. Foi possível a ele concluir, portanto, que exercer prevalência sobre as comunicações era, de fato, o propósito da guerra naval e não, como na guerra terrestre, a conquista de territórios.

Pode-se observar, atualmente, passados 110 anos da publicação da principal obra de Corbett, o desenvolvimento do comércio marítimo, quando comparado ao período no qual o livro foi escrito. Hoje, 70 % do volume de cargas transportado no mundo é realizado por modal marítimo. Esse crescimento deve-se ao desenvolvimento de tecnologias que permitiram o aumento na capacidade de transporte em navios e, ainda, de infraestruturas portuárias instaladas ao redor do mundo²⁹. Segundo Till (2018), além disso, a construção e o alargamento de canais vêm melhorando o sistema de transporte mundial e dotando as marinhas de maior mobilidade estratégica. A vantagem estratégica de canais, como os de Corinto, Suez e Panamá, foi um dos motivos para construí-los e, posteriormente, defendê-los e explorá-los. O uso de canais, portanto, tornou-se característica fundamental da estratégia marítima. Constata-se, assim, a relevância do comércio marítimo e a importância cada vez maior das comunicações marítimas.

2.2.2 Operações militares em terra

²⁸ “Alguns princípios de estratégia marítima.” (Tradução nossa).

²⁹ FRANCISCO, c2021b.

Justifica-se, antes de apresentar a visão de Corbett em relação às operações em terra, o seguinte trecho expresso em seu livro *Some principles of maritime strategy*:

Since men live upon the land and not upon the sea, great issues between nations at war have always been decided – except in the rarest cases – either by what your army can do against your enemy’s territory and national life or else by the fear of what the fleet makes it possible for your army to do (CORBETT, 2012, p. 149).³⁰

Corbett valorizava a capacidade das marinhas projetarem poder sobre terra, por considerar que seria quase impossível a ação naval decidir uma guerra. Ele julgava a guerra naval como um instrumento para atingir os objetivos, necessariamente, decididos em terra (MONTEIRO, 2011). A estratégia marítima defendida por Corbett, portanto, exigia um exército que pudesse trabalhar ao lado da marinha para conquistar territórios ultramarinos e cercar adversários em terra por meio de operações anfíbias (TILL, 2018).

Com base em evidências como a captura de Havana, em 1762, as operações canadenses de Wolfe, na Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763), a campanha da Península de Wellington (1808-1814), consideradas como operações combinadas por excelência, e a Guerra da Crimeia (1853), Corbett defendia que as operações anfíbias conduzidas de maneira adequada poderiam, de fato, constituir-se em meios pelos quais potências marítimas estariam aptas a prevalecer no desfecho de guerras. Ele concluiu, então, que a supremacia marítima favorece o ataque aos pontos mais fracos de inimigos (TILL, 2018).

De acordo com Corbett (2012), fazia-se referência à estratégia naval e terrestre como se fossem segmentos distintos e, portanto, sem conexões possíveis entre si. O autor atribuía esse equívoco a alguma dose de conveniência e, sobretudo, ao desconhecimento. Reiterava, no entanto, que contemplar ambas as forças se configura em estratégia ampla e vitoriosa por considerar e entender a marinha e o exército como uma única arma que, unidas,

³⁰ “Uma vez que os homens vivem na terra e não no mar, grandes questões entre as nações em guerra sempre foram decididas - exceto nos casos mais raros - pelo que seu exército pode fazer contra o território inimigo e a vida nacional ou então pelo medo do que a sua esquadra torna possível para o seu exército fazer.” (Tradução nossa).

poderão maximizar o melhor de cada uma delas em projetos de interesse nacional.

Corbett (2012) enfatiza, também, que a estratégia naval não é um procedimento por si só, que seus problemas dificilmente poderão ser solucionados apenas com base em perspectivas navais, uma vez que se perfaz em apenas uma parte da estratégia marítima. Afirma, assim, de maneira categórica, que o Estado marítimo, a fim de ser bem-sucedido em combates, deverá, sobremaneira, utilizar o exército e a marinha como forças intimamente conectadas entre si e, ademais, com a terra.

3 A ESTRATÉGIA NAVAL DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA E O CONCEITO DE AMPHIBIOUS READY GROUP

Durante o período da Guerra Fria (1947-1991)³¹, as forças anfíbias dos EUA conduziram ações de presença e contribuíram para a dissuasão em todo o mundo, sob a liderança do *United States Marine Corps*³² (USMC) em aproximadamente 100 operações anfíbias. Elas provaram ser particularmente úteis em resposta a crises, assistência humanitária e operações conjuntas. Formalizou-se, em 1983, o conceito de uma *Marine Air-Ground Task Force* (MAGTF)³³. Demonstrou-se, na ocasião, ser adequado e indicado para apoiar vários desafios enfrentados pelos EUA (GOURE, 2019).

Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e, conseqüentemente, com o término da rivalidade entre as marinhas da OTAN e do Pacto de Varsóvia na luta pelo controle e uso do mar, não havia mais sentido continuar a expressar o poder marítimo fundamentado na teoria mahaniana de batalha decisiva, além de não haver propósito em insistir na propagação da doutrina de que as marinhas existiam para lutar contra marinhas (TILL, 2018). Conforme mencionado na estratégia naval *...From the sea* (UNITED STATES, 1992), as forças navais estadunidenses, então voltadas para o “mar aberto”, como parte de uma estratégia naval para “águas azuis”, visava-se, então, contrapor-se a uma força de poder similar representada pela URSS. Houve, assim, a necessidade de adequação e reestruturação a fim de implementar tarefas de projeção de poder desde o mar, com foco

³¹ Guerra Fria - A Guerra Fria aconteceu entre 1947 e 1991 e marcou a polarização do mundo em dois blocos: um liderado pelos americanos e outro pelos soviéticos. Essa polarização gerou um conflito político-ideológico entre as duas nações e seus respectivos blocos, cada qual defendendo os seus interesses e a sua ideologia. (Cf. NEVES, c2021)

³² “Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.” (Tradução nossa).

³³ *Marine Air-Ground Task Force* – consiste em um Grupamento Operativo do Corpo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), sendo organizado por um componente de comando, um de combate terrestre, um de combate aéreo e um de logística. A menor subdivisão de uma MAGTF consiste em uma MEU (unidade anfíbia), seguida de uma Brigada Anfíbia (*Marine Expeditionary Brigade* - MEB) e de uma Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (*Marine Expeditionary Force* – MEF). (Cf. GAVIÃO, 2010)

expedicionário, operando próximo ao litoral. A ênfase da estratégia estadunidense mudou, portanto, da ameaça de uma guerra global para desafios regionais, ingressando em fase de incertezas, em regiões críticas, que poderiam, assim, afetar interesses nacionais.

Definiu-se, a partir do lançamento da estratégia ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992), quatro pontos principais para a marinha estadunidense e o USMC, que deveriam: prover à nação uma força expedicionária capaz de atender de forma rápida em locais distantes, estruturada, pois, para projetar poder desde o mar e com capacidade de apoiar operações por longos períodos; prontidão para operar de forma conjunta; capacitação para realizar operações em litorais distantes, em todo o mundo e a partir do mar; e adaptação a diversas necessidades e demandas.

Com base nos temas mencionados no parágrafo anterior, a estratégia ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992) define que as forças navais devem ter a capacidade de impedir o abastecimento do adversário desde o mar, bem como realizar o controle aéreo e marítimo. A Marinha estadunidense, assim, deve garantir a capacidade de abastecimento no teatro de operações desde o mar. Menciona, ainda, que a projeção de poder é considerada ferramenta diplomática decisiva, tanto por ocupar região de interesse, quanto por realizar ação de presença. E, por fim, comenta que o potencial de influência estadunidense depende da capacidade de sustentar operações ao redor do globo, pois as forças baseadas no mar devem permanecer nessas posições por tempo indeterminado, o que remete ao conceito de *seabasing*³⁴.

A estratégia, pois, ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992) objetivou refinar e implementar capacidades operacionais de guerra expedicionária para que as forças navais estivessem capacitadas a fornecer uma gama completa de opções com o intuito de preservar o equilíbrio em regiões necessárias, preparar as forças para operações de coalizão, apoiar

³⁴ *Seabasing* – Consiste na capacidade de comando, sustentação, emprego e projeção de poder a partir do mar, sem a necessidade de apoio terrestre dentro da área de operações. Ela permite a rápida movimentação para a área de crise e o aumento do poder de combate em águas internacionais, sem restrições políticas. (Cf. UNITED STATES, 2019)

cidadãos estadunidenses em situação de perigo, responder a quaisquer tipos de crises de forma rápida e sustentável, projetar poder sobre terra em situações de conflito, realizar ações de presença, dissuasão e prover apoio logístico, em larga escala, em caso de precipitação de guerra.

Adicionalmente à estratégia ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992), no ano de 1994, a marinha estadunidense publicou a estratégia *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994) que manteve o objetivo de projeção de poder sobre terra a partir do mar e de influenciar nações em solo e águas internacionais, tanto em tempo de paz, quanto em tempo de guerra, reafirmando a estratégia anterior acerca de dissuasão, controle do mar e superioridade marítima; realização de ação de presença avançada; além de manutenção da capacidade logística por intermédio de transporte marítimo de ativos militares como tropas, armas, veículos e suprimentos. Essa estratégia atualizava e expandia, porém, conceitos articulados, em 1992, em relação a operações de paz, resposta a crises e conflitos regionais. Nessa atualização, a propósito, a estratégia ressaltava o papel do conjugado anfíbio ARG / MEU como um de seus pilares, notadamente pela capacidade de apoiar diversas demandas, além de participar de múltiplos exercícios em operações combinadas, constituindo-se, dessa forma, em base para o desenvolvimento da interoperabilidade entre as Forças Armadas de Estados participantes.

Segundo (TILL, 2018), com a publicação de *From the Sea* (UNITED STATES, 1992) e *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994), a atenção da marinha mudou do controle do mar para o controle da terra. Essa mudança, no entanto, não significava que o controle do mar havia perdido importância; significava apenas que a marinha estadunidense e seus aliados seriam capazes de voltar atenção à capacidade de projetar poder sobre terra, mais especificamente, em conturbados litorais do mundo. Destaque-se, também, que as forças navais, fazendo uso do domínio do mar, poderiam manobrar desde o mar, com agilidade, projetando poder ofensivo de alta intensidade e preciso em qualquer local, sob quaisquer

condições climáticas, durante o dia ou mesmo à noite, fazendo crer que, embora as palavras não tenham sido proferidas por Corbett, os conceitos estariam diretamente relacionados à perspectiva.

Serão apresentadas, portanto, nas próximas seções, o conceito de emprego de um ARG e o emprego de um ARG / MEU na estratégia naval dos EUA no pós-Guerra Fria.

3.1 O conceito de emprego de um Amphibious Ready Group

A competição entre as grandes potências e o destaque em operações multidomínio³⁵ alteraram o perfil do Corpo de Fuzileiros Navais e de navios anfíbios. Novos cenários potenciais de conflito envolvendo China, Rússia e outros Estados passaram a exigir que os EUA dispusessem de navios anfíbios como ativos valiosos. Um ARG / MEU é capaz de desempenhar um papel único no início de qualquer conflito, independentemente de dimensão. Eles dispõem de recursos para realizar intervenção inicial em conflitos, preparando condições para futuras operações conjuntas ou combinadas de maior proporção (GOURE, 2019).

Um ARG / MEU da marinha estadunidense consiste em um grupo de navios de guerra anfíbios que integram uma *Amphibious Task Force* (ATF)³⁶ e uma *Landing Force* (LF)³⁷, composta por militares do USMC integrantes de uma MEU. O efetivo de um ARG é de aproximadamente cinco mil militares, entre integrantes da Marinha e do USMC. As unidades e os destacamentos que compõem uma ARG são adestrados, equipados e organizados para

³⁵ Operações multidomínio – trata-se de um novo conceito ainda em fase de evolução. Foi mencionado pela primeira vez em uma doutrina oficial na publicação FM 3-0 do Exército dos EUA. Segundo o estrategista do Exército dos EUA, Kelly McCoy, esse conceito surgiu da necessidade de se contrapor à proliferação de sistemas antiacesso (A2) e negação de área (AD). (Cf. LIY, 2018)

³⁶ “Força-Tarefa Anfíbia.” (Tradução nossa).

³⁷ “Força de Desembarque.” (Tradução nossa).

realizar Operações Anfíbias.³⁸

Um ARG, por sua vez, é composto por, pelo menos, três navios anfíbios, sendo um de cada classe, quais sejam: um *Landing Helicopter Assault* (LHA)³⁹ ou *Landing Helicopter Dock* (LHD)⁴⁰, um *Landing Platform Dock* (LPD)⁴¹ e um *Landing Ship Dock* (LSD)⁴². Esses navios possuem diferenças entre si, dentre as quais destacam-se: o LHA possui classes com e sem convés-doca, realiza desembarque, normalmente, por intermédio de movimento helitransportado (MHT) e possui capacidade de operar com aeronaves de asa fixa; o LHD, que dispõe de convés-doca, realiza desembarque por intermédio tanto por MHT, quanto por embarcações de desembarque (ED), e opera com aeronaves de asa fixa da mesma forma como o LHA; o LPD é equipado com convés-doca, logo realiza desembarque por intermédio tanto de MHT, quanto por ED, e não opera com aeronaves de asa fixa; e o LSD, que possui características similares ao LPD (ALVES, 2018).

Os navios anfíbios fornecem transporte para os elementos aéreos e terrestres da MEU, servem como base soberana no mar, pois são providos com recursos avançados para atendimento médico, recursos de inteligência e instalações de apoio. Esses meios, portanto, aliam capacidade de armazenamento de grande volume interno para acondicionar equipamentos, água, combustível e suprimentos com expressivo grau de flexibilidade. (GOURE, 2019).

A LF, o segundo componente de um ARG, consiste nos militares pertencentes ao USMC, integrantes de uma MEU. A MEU consiste na subdivisão de uma MAGTF, composta por aproximadamente 2.600 militares, dotada de autonomia de manutenção e operação, de, aproximadamente, 15 dias (UNITED STATES, 2019). Adaptados para atender aos requisitos

³⁸ UNITED STATES, [201-?].c.

³⁹ “Navio de Assalto Anfíbio.” (Tradução nossa).

⁴⁰ “Navio de Assalto Anfíbio Doca.” (Tradução nossa).

⁴¹ “Navio Anfíbio Doca de Transporte.” (Tradução nossa).

⁴² “Navio de Desembarque Doca.” (Tradução nossa).

dos GCC, os MAGTFs operam como força integrada nos ambientes aéreo, terrestre, marítimo e espacial. O caráter naval dos MAGTFs potencializa a mobilidade global, o grau de letalidade e a capacidade de permanência. Embarcados em navios anfíbios ou implantados usando outros meios, os MAGTFs possuem capacidade de cumprir diversos tipos de missões tanto em combate como em apoio à população civil, demonstrando grau elevado de flexibilidade (UNITED STATES, 2014).

O conjugado anfíbio⁴³ ARG / MEU é capaz de realizar várias missões. Ele pode efetivar muitas delas simultaneamente e / ou de forma sequencial de acordo com as prioridades do GCC e de crises prementes. Em decorrência do aumento de demanda por engajamento militar e cooperação, notadamente sobre segurança e necessidade de resposta a crises, os GCCs podem escolher empregar táticas que envolvam maior dispersão dos navios no mar e a condução de manobras litorâneas. A necessidade operacional poderá, além disso, ocasionalmente, exigir que um ARG / MEU seja dividido em formações menores, de modo que, cada meio opere a distâncias maiores um do outro. Essa especificidade, no entanto, impõe riscos e, por isso, não se efetiva em método recomendado de emprego, porém, quando a necessidade operacional obriga que certos riscos sejam aceitos, os meios componentes de um ARG / MEU podem operar escoteiros (UNITED STATES, 2014).

Destaque-se, entre as capacidades de um ARG / MEU, o Comando e Controle (C²); realizar operações anfíbias, de inteligência, reconhecimento e vigilância; apoio logístico; apoio em situação de catástrofes; operações especiais; operação de interdição marítima / grupo de visita, inspeção e guarnição de presa (GVI-GP); evacuação de não-combatentes; e assistência humanitária (UNITED STATES, 2014).

O potencial inerente ao emprego de um ARG / MEU é capaz de promover quatro

⁴³ Conjugado Anfíbio – consubstancia-se em Força Naval, com um GptOpFuzNav embarcado, juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas a tarefas básicas do Poder Naval. (Cf. BRASIL, 2020)

benefícios estratégicos principais a um determinado Estado dependente da utilização do domínio dos mares para projetar influência e poder, a saber: liberdade de ação, tendo em vista que as forças anfíbias podem usar o domínio marítimo como base para conduzir operações, dotados de autonomia para permanecer indefinidamente em águas internacionais e executar operações em terra em hora e local determinados; dissuasão, pois embora um ataque, às vezes, seja uma resposta adequada, em outras situações requer a rápida inserção de forças de forma sustentável, a fim de ressaltar compromissos com um aliado ou mesmo para proteger interesses de segurança nacional; garantia de acesso, pois as forças anfíbias contribuem com potencialidades singulares e essenciais para um Estado executar a liberdade de navegação em alto-mar e apoiar a execução de operações, baseadas no mar, quase indefinidamente, sem necessidade de apoio do governo anfitrião ao teatro de operações; e provocação de sentimento de incerteza a adversários, visto que, uma possibilidade real de entrada à força, por um Estado digno de credibilidade, obriga os adversários, em tese, a espalhar defesas por grandes áreas (UNITED STATES, 2014).

As três características mais importantes de um ARG / MEU, no entanto, são a capacidade de realizar ações de presença para apoio a diversos tipos de missões e promover a segurança de teatros de operações em que estiverem atuando; constituir-se em força apta a responder, imediatamente, a crises e contingências; e realizar operações a partir o mar, além do horizonte, à noite ou durante períodos de visibilidade reduzida (UNITED STATES, 2014).

Na próxima seção, então, serão apresentadas as estratégias navais estadunidenses *...From the sea* (UNITED STATES, 1992) e *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994), as diferenças entre as estratégias navais propostas por Corbett e Mahan e, por fim, serão apresentados os pontos de aderência dessas teorias no conceito de emprego de um conjugado anfíbio ARG / MEU.

3.2 O emprego de um ARG na estratégia naval dos EUA no pós Guerra Fria

Segundo Goure (2019), devido à grande versatilidade, a demanda por ARGs / MEUs ao redor do mundo excede, frequentemente, a disponibilidade de meios. Assim, os GCCs optam, apesar de não ser o desejável, por desmontar a estrutura de um ARG, que consiste normalmente em três navios, para que executem missões escoteiros. Para demonstrar a diversidade de operações em que esse conjugado anfíbio pode ser empregado e, à luz de publicações estratégicas mencionadas nesta seção, é possível citar diversas operações em que os conjugados anfíbios ARG / MEU foram utilizados ao longo desse período. Comenta-se, a esse respeito, nesta seção, as seguintes operações: Operação *Enduring Freedom* (OEF), *Deployment*⁴⁴ 2010 (*Amphibious Ready Group – Peleliu*), *Deployment* 2016 (*Amphibious Ready Group – Wasp*) e *Deployment* 2018 / 2019 (*Amphibious Ready Group – Kearsarge*).

De acordo com Bereiter (2016), em 7 de outubro de 2001, em consequência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, foi deflagrada a OEF. A fase inicial dessa operação contou com, entre outros meios, quatro ARGs pertencentes à Marinha estadunidense, diversos navios de apoio e navios de outros Estados que compuseram as forças de coalizão, entre os quais destacaram-se Reino Unido, Canadá, França, Alemanha e Itália.

Ao longo de vários meses, as operações militares americanas e da coalizão, dentro do Afeganistão, devastaram o regime do Taliban⁴⁵ e minaram seriamente a rede da Al-Qaeda⁴⁶ de Osama bin Laden⁴⁷, que usava o país sem litoral, como campo de treinamento e porto seguro, desde 1996. O poder naval, pois, foi essencial para que se executassem operações bem-

⁴⁴ *Deployment* - Fase que consiste na movimentação física de indivíduos e unidades de sua base para um teatro de operações designado. (Cf. DEPLOYMENT... c2021)

⁴⁵ Taliban - Grupo Taliban comandou no Afeganistão, de 1995 a 2001, sendo reconhecido como um dos regimes fundamentalistas islâmicos mais radicais da história. (Cf. SEZANOWITCH, c2021)

⁴⁶ Al-Qaeda – Organização terrorista formada por militares fundamentalistas islâmicos. (Cf. FRANCISCO, c2021a)

⁴⁷ Osama bin Laden – Criador da organização terrorista Al-Qaeda. (Cf. FRANCISCO, c2021a)

sucedidas da OEF, principalmente durante as intensas fases iniciais da campanha militar. O conjugado anfíbio ARG / MEU liderou uma série de missões expedicionárias, incluindo o assalto anfíbio mais distante registrado na história naval dos EUA, no qual tropas foram lançadas em um ponto localizado a, aproximadamente, 400 milhas da costa, em razão de peculiaridades geográficas do Afeganistão, país que não possui litoral. As forças navais dos EUA e da Coalizão também realizaram operações de interdição marítima, de amplo alcance, em um esforço para derrotar as organizações terroristas internacionais e impedir que atores estatais e não estatais apoiassem o terrorismo, além de inibir outras atividades marítimas ilegais. Devido ao seu controle absoluto do mar durante a OEF, a Marinha projetou grande poder sobre terra e demonstrou agilidade e adaptabilidade como características estratégicas preponderantes da política externa dos EUA (BEREITER, 2016).

O *Amphibious Ready Group – Peleliu* (ARG Peleliu) participou, juntamente com a 15ª MEU, de maneira relevante durante a operação *Deployment 2010*. Destaque-se, nessa comissão, preponderantemente, o período entre os dias 7 e 9 de setembro daquele ano. Na ocasião, houve ataques no Afeganistão, resultando na morte de cinco combatentes inimigos; prestou-se apoio humanitário no Paquistão a 120 vítimas de inundações provocadas por chuvas de monções; e apreendeu-se o navio mercante *Magellan Star*, tomado por piratas, resgatando uma tripulação de onze reféns e detendo nove supostos piratas na costa da Somália. Ressalte-se que, o USS *Dubuque* (LPD-8) estava a 1.500 milhas de distância do Navio-Capitânia, o USS *Peleliu* (LHA-5), quando apreendeu o navio mercante *Magellan Star*, como integrante da Força-Tarefa 151 (CTF 151), uma força-tarefa internacional de combate à pirataria (MARTIN, 2010).

Cite-se, como outro exemplo de emprego de um ARG, o *Amphibious Ready Group – Wasp* (ARG *Wasp*), composto pelos navios USS *Wasp* (LHD-1), USS *San Antonio* (LPD-17) e o USS *Whidbey Island* (LSD-41) que, juntamente com a 22ª MEU, no dia 24 de junho de 2016, deslocaram-se para a região de operação da 5ª e 6ª Esquadra. Após a chegada ao Mar

Mediterrâneo, o USS Wasp permaneceu, por 100 dias, realizando ataques aéreos contra o Estado Islâmico, na cidade de Sirte, na Líbia, em apoio à movimentação de tropas em terra, pertencentes ao Governo do Acordo Nacional⁴⁸ (GAN), como parte da *Operation Odyssey Lightning* (OOL)⁴⁹.

Em 23 de outubro de 2016, o USS San Antonio (LPD-17), por sua vez, substituiu o USS Wasp (LHD-1) na condução desses ataques e na manutenção de apoio ao GAN, encerrando a participação em 6 de dezembro de 2016, após a libertação da cidade de Sirte (ECKSTEIN, 2016). Durante todo esse período, o USS Whidbey Island operou no Golfo Pérsico e no Golfo de Aden e, o USS San Antonio, antes de tomar parte na OOL, participou do exercício *Noble Shirley* junto com as Forças de Defesa de Israel⁵⁰, e realizou o primeiro exercício de evacuação de não-combatentes, em Oman⁵¹, e, ainda, liderou a evacuação aeromédica de um integrante da tripulação do navio mercante Fernando, navegando no Golfo de Aden⁵².

O USS San Antonio (LPD-17), além desses eventos, também participou de ação de presença na região de atuação da 5ª Esquadra, visando garantir segurança, liberdade de navegação e de comércio. Durante o cumprimento desse evento, a propósito, o navio sofreu, enquanto transitava pelo Estreito de Bab-el-Mandeb, ataques de mísseis disparados de terra, por uma milícia denominada Hutis⁵³, deflagrados desde o território do Iêmen (USS... 2016a).

As operações realizadas pelo *Amphibious Ready Group – Kearsarge* (ARG Kearsarge) com militares componentes do 22ª MEU, em dezembro de 2018, demonstraram e comprovaram a flexibilidade de um conjugado anfíbio. Antes de dirigir-se a área de operação, esse conjugado foi posicionado na costa da Carolina do Norte, a fim de prover apoio de pessoal

⁴⁸ Governo do Acordo Nacional – Governo implantado na Líbia em 2015 com o apoio da Organização das Nações Unidas. (Cf. BARBOUR *et al.*, 2021)

⁴⁹ “Operação Odisséia Relâmpago.” (Tradução nossa).

⁵⁰ YOUNG, 2016.

⁵¹ UNITED STATES, 2016.

⁵² USS... 2016b.

⁵³ *Hutis* - Membros de um grupo rebelde que também é conhecido como Ansar Allah ("Partidários de Deus", tradução nossa), que seguem uma corrente do islamismo xiita conhecida como zaidismo. (Cf. SAIBA... 2015)

e suprimentos nessa região, precisamente devido à catástrofe provocada pelo furacão Florence. Em seguida, deslocou-se para o Golfo Pérsico, onde juntou-se ao *Amphibious Ready Group – Essex* (ARG Essex) para realizar a retirada de tropas estadunidenses da Síria. Após essa operação, contudo, foram realizados exercícios e patrulhas, incluindo o exercício multinacional no Mar Báltico, denominado Operações Bálticas (BALTOPS) 2019. Cabe ressaltar que, três dias após a desatracação da Base Naval de Norfolk, os navios componentes desse ARG receberam pedido de ajuda do navio mercante Eddystone e ainda realizaram uma evacuação aeromédica de um tripulante para um hospital localizado em Bermuda (WERNER, 2019).

4 ADERÊNCIA ENTRE AS TEORIAS PROPOSTAS POR MAHAN E CORBETT AO CONCEITO DE ARG NA ESTRATÉGIA NAVAL DOS EUA E APLICAÇÕES NA MARINHA DO BRASIL

Serão apresentados nesta seção os pontos nos quais as teorias propostas por Mahan e Corbett influenciaram o conceito de emprego de um ARG na estratégia naval estadunidense. Inicia-se, a esse propósito, com a análise das diferenças entre as estratégias navais propostas por Mahan e Corbett. Procede-se, a seguir, no entanto, a verificação de pontos de aderência entre suas teorias e do conceito de emprego desse tipo de conjugado anfíbio. Expõe-se, por fim, algumas missões realizadas pela Marinha do Brasil, nas quais poderia ter havido o emprego desse tipo de conjugado anfíbio.

4.1 Diferenças entre as estratégias navais propostas por Mahan e Corbett

De acordo com Sumida⁵⁴ (1993 citado por VIOLANTE, 2015), Corbett, apesar de não ter estabelecido, de fato, uma teoria, procurou integrar a teoria da guerra de Clausewitz ao estudo da guerra no mar. Segundo Violante (2015), em que pese Mahan ter citado Clausewitz duas vezes na obra *Naval Strategy*⁵⁵ (1911), Corbett apresentava-se como uma oposição clausewitziana às proposições jominianas expostas por Mahan.

Constitui-se importante, nesse contexto, pois, a narrativa da história naval, a fim de que se detalhe o que ocorreu e de que forma os comandantes poderiam utilizar as experiências passadas em situações presentes semelhantes. Corbett, por sua vez, objetivou eliminar o

⁵⁴ SUMIDA, Jon Tetsuro. The historian as contemporary analyst: Sir Julian Corbett and Admiral Sir John Fisher. *In*: GOLDRICK, James; HATTENDORF, John (ed.). **Mahan is not enough**: the proceedings of a conference on the works of Sir Julian Corbett and Sir Herbert Richmond. Newport: Naval War College Press, 1993, p. 125-140.

⁵⁵ Estratégia Naval. (tradução nossa).

pensamento naval mahariano de simplificações e reducionismos (pontos fracos da teoria de Mahan) que estiveram vinculados a ideias de oficiais de marinha daquela época (VIOLANTE, 2015). Desataque-se, ainda, algumas argumentações à teoria de Mahan que se perpetuaram em herança à estratégia marítima.

A primeira crítica à Mahan, pois, refere-se ao princípio básico da estratégia. Ele estipulava que a estratégia marítima era constituída por concepções que comandavam a guerra, nas quais o poder naval exercia atribuição essencial. Corbett, no entanto, argumentava, em contraposição à literatura sobre estratégica da época, que esse poder isoladamente não era suficiente. Defendia, assim, que, em razão de os homens viverem sobre a terra, seria lá que a guerra seria decidida, contrariando, então, o posicionamento vigente à época, que, por sua vez, compreendia e explicava a guerra naval como algo imanente à própria guerra. Essa suposição, então, ignorava a interdependência de marinhas e exércitos em tempos de guerra. Observa-se, atualmente, no entanto, a necessidade fundamental de operações conjuntas entre Exército, Marinha e Força Aérea dos Estados (VIOLANTE, 2015).

A segunda contraposição, pois, é em relação à aniquilação de esquadras inimigas. Para Corbett (2012), o controle do mar, pela destruição de esquadras inimigas, perdia relevância, em substituição ao significado do uso que se fazia do mar. Segundo Violante (2015), o poder político atual determina objetivos primários da guerra e não o poderio militar. Cite-se, como exemplo, os EUA que, apesar de possuírem poder naval contundente e expressivo, não ostentam domínio integral do mar.

Trata-se, no terceiro ponto, por sua vez, da não aplicação de preceitos da guerra terrestre em guerra naval. Para Corbett (2012), o poder naval e o poder terrestre deveriam ser empregados de forma combinada e, além disso, condicionados à estratégia nacional. A guerra naval, dessa maneira, não deveria objetivar a aniquilação do inimigo, mas, sim, deveria ser travada para atingir objetivos limitados. Violante (2015) menciona que Corbett rejeita os

princípios da indivisibilidade da esquadra e o preceito jominiano-mahaniano de prevalência de ofensiva sobre defensiva, chancelando, em consequência, o primado de Clausewitz de que a defesa triunfa sobre a ofensiva. Ressalte-se, ainda, que a batalha utilizada por Mahan como exemplo do brilhantismo de Nelson, não se constituiu em batalha decisiva, tendo em vista que a esquadra francesa permaneceu atuante durante o conflito (CROWL, 2008 *apud* VIOLANTE, 2015)⁵⁶.

Aborda-se, na quarta divergência, a discordância entre Corbett e Mahan em relação ao princípio de concentração. Para Corbett, o princípio da concentração consistia na reunião do maior número de forças em um determinado lugar, de modo a dispor de massa de manobra ou de choque, permitindo colocar-se o mais forte, no melhor lugar e no melhor momento. O objetivo, pois, seria o de cobrir a maior superfície possível, mantendo-se a flexibilidade e a coesão, permitindo juntar-se ou dispersar-se rapidamente (COUTAU-BÉGARIE, 2010). Para Mahan, a divisão em cinco forças navais, durante as guerras napoleônicas, constituiu-se em erro. Para Corbett, entretanto, traduziu-se em vantagem, pois cada uma das forças manteve comunicação com as demais, de forma que, a esquadra, ou grande parte dela, poderia ser reunida antes que a força inimiga pudesse explorar sua fraqueza (CORBETT, 1911 *apud* VIOLANTE, 2015)⁵⁷.

O pensamento de Corbett, hoje, é implementado em doutrinas de marinhas de guerra por intermédio da concentração tática, na qual as forças se deslocam juntas para um determinado ponto, e da concentração estratégica, em que as forças convergem para obtenção de um determinado objetivo estratégico (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999 *apud* VIOLANTE, 2015).⁵⁸

⁵⁶ CROWL, Phillip A. Alfred Thayer Mahan: o historiador naval. In: PARET, Peter; CRAIG, Gordon A.; GILBERT, Felix (ed.). **Construtores da estratégia moderna**: de Maquiavel à era nuclear. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008. t. 1.

⁵⁷ CORBETT, Julian Stafford. **Some principles of maritime strategy**. London: Longmans, Green and Co, 1911.

⁵⁸ PROENÇA, Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Guelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

O quinto contraponto, por sua vez, consiste na crítica ao emprego de encouraçados como navios mais importantes para formação de determinada esquadra. Violante (2015) argumenta que, segundo Corbett, o controle do mar necessitava de atividades de supervisão, controle, comunicação, patrulhamento, regulação e proteção das LCM, e não apenas de navios de linha. Esclareça-se que fragatas, navios-patrolha, porta-aviões e navios anfíbios constituem os meios componentes de uma força naval atual e equilibrada (VIOLANTE, 2015).

Discorre-se, por fim, acerca de bloqueio e de comboio que, para Mahan, configuravam-se em desperdício de navios de linha. Para Corbett, porém, o bloqueio era o centro da guerra no mar. Apesar de Corbett considerar a batalha decisiva deveras relevante, entendia, também, tratar-se de evento com baixíssima propensão, uma vez que o oponente mais fraco tenderia a evitar o combate (VIOLANTE, 2015). O bloqueio seria, então, a única escolha para o adversário mais forte, que poderia ser efetivado de duas formas: bloqueio aproximado, para evitar a saída do inimigo do porto; e bloqueio afastado, destinado a forçar a saída do oponente do porto estratégico (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999 *apud* VIOLANTE, 2015).⁵⁹

Corbett e Mahan, apesar das diferenças, possuíam pontos em comum, dentre os quais a correlação entre poder marítimo e a prosperidade de nações, que indicaria, portanto, a influência desse poder no desenvolvimento econômico e, também, na capacidade de influenciar pessoas e acontecimentos (MONTEIRO, 2011).

Segundo Till (2018), nos últimos anos, pode-se notar mudanças em objetivos de marinhas do *power at sea*⁶⁰ para *power from the sea*⁶¹. A expressão *power at sea*, por sua vez, traz em si um significado mahaniano, de aceção mais simples, em que considera apenas a marinha de guerra como expressão do poder marítimo. Já a expressão *power from the sea*, apresenta aceção voltada ao primado de Corbett, justamente por contemplar contribuições que

⁵⁹ PROENÇA, Domicio; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Guelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁶⁰ “Poder no mar.” (Tradução nossa).

⁶¹ “Poder a partir do mar.” (Tradução nossa).

o poder marítimo pode oferecer a eventos no mar, em terra e no ar, por considerar que a marinha é muito mais do que navios pintados de cinza com um número no costado. O poder marítimo abrange também aspectos não-militares como navios mercantes, pesca, construção e reparo de embarcações, todos eles, portanto, decisivos e estratégicos ao poder naval. O poder marítimo seria, adicionalmente, um conceito relativo, uma vez que nem todos os Estados comungam do mesmo nível de poderio. O patamar alcançado por cada Estado, então, perfaz-se em diferencial significativo e, sobretudo, decisivo na paz ou na guerra.

4.2 Aderência entre o conceito de emprego do conjugado anfíbio ARG / MEU às teorias estratégicas propostas por Mahan e Corbett

Após mais de 100 anos do lançamento das principais obras de Mahan e Corbett, as marinhas possuem meios, tipos e capacidades diferentes daquelas registradas à época, assim como enfrentam tarefas e desafios, provavelmente impensáveis naquele cenário. Conceitos e práticas como terrorismo e armamento nuclear, por exemplo, eram inexistentes.

Some principles of maritime strategy (CORBETT, 2012) apresenta argumentos para que seja possível compreender a aplicação do conceito de emprego de um conjugado anfíbio ARG / MEU pela marinha estadunidense no pós-Guerra Fria, notadamente por fundamentar-se na premissa de que os homens habitam sobre a terra, sendo lá, o local de decisão da guerra. Segundo Wedin (2015), Corbett estabeleceu concepções que abordavam todas as guerras nas quais o mar exercia papel significativo como integrante da estratégia marítima. A parte militar dessa estratégia foi denominada de estratégia naval. A estratégia marítima, por sua vez, possuiria, também, outras dimensões, como a comercial e a diplomática. Corbett insistia na interdependência entre a estratégia terrestre e a marítima em razão de acreditar que um conflito não poder ser definido exclusivamente pela guerra no mar.

No caso da obra escrita por Mahan (1890), *The influence of sea power upon history, 1660–1783*, ainda que seja pequena a probabilidade de uma batalha decisiva, o livro apresenta argumentos bastante atuais em relação à importância de posições estratégicas e bases e, também, acerca da importância das LCM. Wedin (2015) afirma que Mahan adotava um conceito absoluto de controle do mar, contrário ao que era proposto por Corbett, que defendia ser impossível impedir o uso do alto-mar pelo inimigo e, por isso, prescrevia apenas controle relativo do mar.

Percebe-se, desde a introdução da estratégia naval ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992), que a Marinha estadunidense priorizou tarefas relativas à manutenção da estabilidade mundial, o que denota, em si, o emprego político e diplomático dessa Força. Essa proposta de emprego, que possui influência de Corbett, pode ser demonstrada, principalmente, por intermédio da ferramenta de projeção de poder, que consiste em uma das capacidades de um conjugado anfíbio ARG / MEU, chamada de projeção de poder a partir do mar. Essa projeção de poder, idealizada por Corbett, foi executada, por conjugados anfíbios, tanto na OEF, quanto nos *Deployment-2010* e *Deployment-2016* pelos ARG Peleliu e ARG Wasp, respectivamente.

Segundo Corbett, para que a projeção de poder desde o mar seja realizada de maneira bem-sucedida, é essencial que o controle dessa região, para fins militares, seja perpetrado por meio das LCM. Depreende-se, então, tal qual previsto no entendimento de operações conjuntas e na visão de Corbett, a dependência mútua entre o poder marítimo e o poder terrestre. Durante o *Deployment – 2016*, tanto o USS Wasp, quanto o USS San Antonio, puderam permanecer por cerca de 100 e 46 dias consecutivos, respectivamente, na costa da Líbia, em apoio à movimentação de tropas em terra, como parte da OOL. Uma operação como essa não seria possível sem o controle do mar e de apoio logístico voltado à manutenção de navios em suas posições, contribuindo, assim, para o cumprimento da missão e, sobremaneira,

exercendo, segundo Corbett, uma das funções de uma esquadra, que consistiria em promover operações militares em terra. Sob a perspectiva teórica de Mahan, adicionalmente, a manutenção desses meios em suas posições e a realização de apoio logístico por tão longo período e de maneira ininterrupta, não seria possível sem bases estrategicamente posicionadas como a base naval espanhola, localizada em Rota, na Espanha e o *Military Sealift Command's Sealift Logistics Command*⁶², localizado em Nápoles, na Itália.

Da mesma forma que o ARG Wasp, durante a OEF quatro ARGs foram dispostos no norte do Mar Árabe. Houve, durante as fases iniciais dessa campanha, a necessidade de comprometimento das forças navais, com quatro ARGs, seis porta-aviões, navios-escolta e diversos outros navios de apoio, levando a um número total de 60.000 militares da ativa pertencentes à Marinha e ao USMC, além de mais 13.000 reservistas. O poder naval foi a razão de sucesso dessa operação, principalmente nas primeiras fases dessa campanha. Os ARGs desempenharam papel relevante nessa operação em que, entre outras, foi realizado, no Afeganistão, o assalto anfíbio mais distante da história, com desembarque realizado a uma distância de cerca de 400 milhas da costa (BEREITER, 2016). Evidenciam-se, assim, duas proposições de Corbett; o princípio da concentração de forças, que prescrevia a importância de reunir o maior número de forças em um determinado lugar, permitindo, dessa maneira, dispor o mais forte, no melhor lugar e na melhor ocasião; e a diversificação de navios participantes que são essenciais para o controle do mar.

A execução do controle do mar, a propósito, integrou parte das missões executadas por ARGs. Durante o *Deployment 2010*, USS Dubuque (LPD-8) apreendeu o navio mercante Magellan Star, tomado por piratas no Golfo de Aden e, durante o *Deployment – 2016*, o USS San Antonio (LPD-17) e o USS Whidbey Island (LSD-41) realizaram operações de segurança

⁶² *Military Sealift Command's Sealift Logistics Command* – “Comando Logístico de Transporte Marítimo Militar.” (Tradução nossa). Juntamente com a Força-Tarefa 63, é sediado em Nápoles, Itália, sendo composto por navios-tanque, navios de abastecimento e navios-oficina. Tem como missão a entrega de suprimentos no mar, bem como a realização de reparos em outros navios e equipamentos da Esquadra. (Cf. UNITED STATES, [202-?])

marítima com a finalidade de garantir a liberdade de navegação no Golfo de Aden e no Golfo Pérsico. Tanto no Golfo Pérsico quanto no Golfo de Aden localizam-se dois dos principais estreitos por onde fluem grande parte do comércio marítimo mundial, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Bab-el-Mandeb. Localizam-se, próximo a esses estreitos, bases estrategicamente posicionadas no Bahrain e no Djibouti, conforme proposto por Mahan. Ressalte-se, então, essa aderência com a teoria proposta por Corbett no que tange ao conceito de utilização de um ARG e o seu emprego no controle do mar e em proteção ao comércio marítimo.

Com a publicação da estratégia *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994), a estratégia anterior foi atualizada, principalmente na atenção destinada a operações de paz, resposta a crises e conflitos regionais. Depreendia-se, então, a tendência de conceder menor relevância ao controle do mar e, em contrapartida, de enfatizar a recorrência de operações em terra, com ênfase na projeção de poder sobre terra nos conturbados litorais do mundo. Por fim, ela destacava o papel do conjugado anfíbio ARG / MEU como uma de suas bases. Destaque-se, uma vez mais, o papel do USS Wasp (LHD-1) e do USS San Antonio (LDP-17), enquanto componentes do ARG Wasp, durante a OOL, em que realizou ataques aéreos em apoio ao GAN, em uma campanha para libertar a cidade de Sirte, na Líbia, do domínio do Daesh⁶³. Esse conjugado anfíbio demonstra, portanto, a capacidade de atuar em um conflito regional e de resposta a essa crise.

Conclui-se, a respeito desse tema, que estratégias da Marinha estadunidense, desde o encerramento da Guerra Fria, particularmente voltada para o conceito de emprego de uma ARG, demonstra maior aderência à teoria proposta por Corbett do que a teoria proposta por Mahan, cabendo ressaltar que elas se complementam em alguns pontos.

⁶³ Daesh – Grupo terrorista que ocupa boa parte do norte da Síria e do Iraque, também conhecido como Estado Islâmico. (Cf. SCHOSLER, 2016)

4.3 Aplicação na Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil dispõe, atualmente, de quatro tipos de navios anfíbios, o Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico”, o Navio-Doca Multipropósito (NDM) “Bahia” e os Navios de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) “Almirante Saboia” e “Matoso Maia”. Todos esses meios são dotados de ampla capacidade de C2, transporte de tropa e material. Destaque-se, sobremaneira, as valências médicas instaladas e disponibilizadas no NAM “Atlântico” e no NDM “Bahia”.

Constatam-se, nos últimos anos, diversos empregos desses meios em diferentes tipos de situações de crise, dentre as quais, por exemplo, a greve dos caminhoneiros, acontecida em Santos, em 2018, a Comissão “Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida” (2019 / 2020) e o apoio prestado do NDM “Bahia” durante a falta de energia elétrica no estado do Amapá. A seguir, pois, serão comentadas justamente as atuações desses meios destacados há pouco nas missões mencionadas.

Durante a greve dos caminhoneiros, o conjugado anfíbio composto pelo NDM “Bahia” (260 fuzileiros navais embarcados) e o Navio-Patrolha “Macaé” (com 22 fuzileiros navais embarcados) atuou em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), preservando a segurança para manter o fluxo de caminhões que estivessem retidos em terminais da região (G1, 2018).

A Comissão Amazônia Azul Mar Limpo é Vida foi outro exemplo no qual o NAM “Atlântico”, o NDM “Bahia” e os NDCC “Almirante Saboia”, com fuzileiros navais embarcados, atuaram no litoral nordestino, em resposta a um crime ambiental inédito na história brasileira, tanto pela extensão territorial, quanto pela duração no tempo. Esses meios atuaram, pois, a fim de prover suporte logístico e médico para essa operação, realizar inspeções nas praias do litoral nordestino, além de empreender patrulhamento em busca de manchas de óleo no mar.

(GALANTE, 2019).

Ressalte-se, aqui, o apoio prestado do NDM “Bahia” durante a falta de energia elétrica no estado do Amapá. Os militares integrantes do Grupo de Saúde do navio trabalharam em conjunto com outras Organizações Militares subordinadas ao Comando do 4º Distrito Naval e do Exército Brasileiro, com o propósito de amenizar, com atendimento básico à saúde da população, os impactos ocasionados pela falta de energia elétrica que afetava o estado do Amapá (BRASIL, 2020b).

Conclui-se, tendo em vista as diversas missões em que o conjugado anfíbio ARG / MEU foi empregado, que a Marinha dispõe de meios capazes para empregar de forma similar aos navios anfíbios estadunidenses, sob a perspectiva de emprego de um ARG. Essa forma de emprego poderia ser, por exemplo, utilizando um navio anfíbio e um navio-escolta, com fuzileiros navais embarcados, por um período de até três meses, devidamente aptos a atuar em situações de crise, assistência humanitária, catástrofes e em ações de patrulhamento permanente na região da Amazônia Azul.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se, neste trabalho, analisar o emprego de um conjugado anfíbio ARG / MEU desde o fim da Guerra Fria. Os estudos bibliográficos e documentais foram direcionados ao atingimento do propósito, com o objetivo de esclarecer a existência de aderência entre os princípios teóricos estabelecidos por Alfred Thayer Mahan e Julian Corbett, precisamente com o conceito de emprego desse conjugado anfíbio, no período histórico definido.

Realizou-se, no segundo capítulo, uma síntese das abordagens teóricas. Foram apresentados, inicialmente, os princípios teóricos estabelecidos por Mahan, com ênfase na teoria do poder marítimo; nos elementos desse poder, com atenção a localizações geográficas, no caráter nacional e de governo; e nos princípios do poder marítimo com destaque nas LCM e nas posições estratégicas e bases. Em seguida, foi a vez dos princípios teóricos estabelecidos por Corbett, com ênfase no controle do mar, na proteção marítima e nas operações militares em terra.

No terceiro capítulo, por sua vez, foram abordadas as estratégias navais ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992) e *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994), o conceito de ARG, capacidades, limitações e exemplos de operações em que o conjugado anfíbio ARG / MEU foi utilizado desde o fim da Guerra Fria.

Priorizou-se, no quarto capítulo, no entanto, um comparativo entre as estratégias navais propostas por Mahan e Corbett, e, ainda, uma análise a respeito da aderência entre o conceito de emprego do conjugado anfíbio ARG / MEU às suas teorias, a fim de possibilitar a resposta da questão-chave desta pesquisa, qual seja: haveria aderência entre o emprego de um ARG e os princípios teóricos estabelecidos por Mahan e Corbett após o término da Guerra Fria? Parcialmente. Constata-se, portanto, ao levar em conta o estudo comparativo das teorias com o conceito de emprego de um ARG, aliado às estratégias da Marinha estadunidense desde o

término da Guerra Fria, existir maior aderência à teoria proposta por Corbett do que à teoria proposta por Mahan, com o adendo devido de que elas se complementam, sim, em alguns pontos.

A estratégia naval ...*From the sea* (UNITED STATES, 1992) e *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994), por sua vez, visaram implementar e refinar capacidades da guerra expedicionária, projetar poder sobre terra, preparar forças para operações de coalizão, responder a crises de forma rápida e sustentável, ensejar controle do mar e superioridade marítima, cuidar da manutenção da capacidade logística por meio de navios que transportam ativos militares, participar em operações de paz e responder a crises e a conflitos regionais. Estabeleceram, dessa forma, a transição de uma estratégia naval estadunidense mahaniana para uma estratégia naval voltada aos princípios teorizados por Corbett, sobre os quais a estratégia *Forward ...from the sea* (UNITED STATES, 1994) salientava o papel do ARG como um de seus pilares.

Examinou-se, à luz da abordagem mahaniana, que o conceito de emprego de um conjugado anfíbio ARG / MEU não visava ao controle do mar por meio da destruição da esquadra inimiga. Mahan cunhou, porém, outros conceitos que, apesar de não estarem diretamente relacionados ao emprego de um conjugado anfíbio, são essenciais para que se obtenha êxito em missões, tais como: o caráter nacional e o de governo do povo estadunidense que se consolida, hoje, na quinta maior marinha mercante do planeta e, ademais, na marinha de guerra mais poderosa do mundo; e o estabelecimento de bases estrategicamente posicionadas ao redor do globo.

Enfatize-se, ainda, que ao longo deste trabalho foram comentadas diversas missões em que conjugados anfíbios ARG / MEU tomaram parte, com o devido sublinhar sobre o posicionamento estratégico de bases ao redor do mundo, notadamente em teatros de operações mencionados, que envolveu a *Naval Station Rota* (próxima ao Estreito de Gibraltar), o *Military*

Sealift Command's Sealift Logistics Command (localizado em Nápoles, na Itália), a base de operações em Camp Lemonnier no Djibouti e a *Naval Support Activity Bahrain* (estes dois últimos localizados próximos ao Estreito de Bab el-Mandeb e Estreito de Ormuz, respectivamente). A despeito de esse conceito não estar relacionado diretamente com o conceito de um ARG / MEU, perfaz-se essencial ao cumprimento de missões que um conjugado anfíbio venha a desempenhar, além de evidenciar a importância desse trecho de LCM, que vai desde o Golfo Pérsico até o Oceano Atlântico. Evidencie-se, então, o papel-chave desempenhado por conjugados anfíbios no controle do mar, principalmente nessa LCM.

Depreende-se, assim, à luz da abordagem de Corbett, maior aderência ao conceito de emprego de um conjugado anfíbio ARG / MEU, especificamente em relação às funções da esquadra propostas por ele, como a diplomacia naval, a execução de operações militares em terra e a proteção do comércio marítimo, sendo este último, abordado como o principal objetivo de uma estratégia marítima no livro *Some principles of maritime strategy*.

Ao analisar, portanto, as missões destacadas em forma de exemplo para a execução deste trabalho, depreende-se a capacidade dos EUA em exercer pressão militar direta sobre a vida nacional do inimigo em terra, por intermédio de um conjugado anfíbio capaz de projetar poder sobre terra e realizar operações militares em terra.

Corbett, por sua vez, defendia, em relação ao controle do mar, a premência de atividades de supervisão, patrulhamento, regulação e proteção das LCM e não apenas de navios de linha. Evidencia-se, pois, a importância da atuação do conjugado anfíbio ARG / MEU no controle do mar e na realização da proteção das LCM, principalmente nos teatros de operações que este estudo priorizou como fundamento de análise comparativa.

É imprescindível afirmar, apesar de maior aderência à visão de Corbett, que há pontos em comum, notadamente na relação direta entre poder marítimo e prosperidade de nações, tendo em vista que o poder marítimo exerce influência decisiva no desenvolvimento

econômico, além de ser determinante a pessoas e a acontecimentos. Um ARG estrategicamente posicionado em locais como o Golfo de Aden, por exemplo, exerce papel fundamental no desenvolvimento dessa relação.

Ressalta-se, ainda, um aspecto interessante para futuras pesquisas com respeito a um novo conceito de operação, denominado de “Operações Multidomínio”, que surgiu da necessidade de contrapor a proliferação de sistemas antiacesso (A2) e negação de área (AD), sendo importante, por isso, avaliar o papel de um conjugado anfíbio nesse novo conceito. Registre-se, entretanto, que as referidas questões não foram objeto desta pesquisa.

Sugere-se, aqui, como futura linha de pesquisa, em sequência ao tema desta dissertação, precisamente sobre o conceito de emprego de conjugado anfíbio, a seguinte proposição discursiva: “A utilização do conceito de um conjugado anfíbio ARG / MEU pela Marinha do Brasil”, com o propósito de encontrar respostas fundamentadas acerca de um assunto atual, desafiador e essencial a caminhos e projetos do País.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Alfred Mahan e os elementos do poder marítimo (III). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, n. 10/12, p. 133-151, out./dez. 2009. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_4-2009.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Alfred Thayer Mahan e os princípios da estratégia naval (IV). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p. 137-153, jan./mar. 2010. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_1-2010.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

ALVES, Emanuel Marques da Silva. Amphibious Ready Group (ARG). **Revista Passadiço**, Niterói, ano 31, n. 38, p. 76-78, 2018. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/caaml/sites/www.marinha.mil.br.caaml/files/flipping_book/passadico_2018/mobile/index.html#p=5. Acesso em: 14 jun. 2021.

ANG, Carmen. Mapping the world's key maritime choke points. **Visual Capitalist**, Vancouver, 30 Mar. 2021. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/mapping-the-worlds-key-maritime-choke-points/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BARBOUR, Nevill. *et al.* Lybia. In: **ENCYCLOPEDIA Britannica**. Chicago: Brittanica, 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Lybia>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BEREITER, Gregory. The U.S. Navy in operation enduring freedom, 2001–2002. In: **UNITED STATES**. Department of the Navy. Naval History & Heritage Command. **Naval History & Heritage Command**. Washington, DC: NHHC, 2016. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/us-navy-operation-enduring-freedom-2001-2002.html>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1**: manual básico dos grupamentos operativos fuzileiros navais. Rio de Janeiro, 2020a. 57 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Navio Doca Multipropósito “Bahia” presta apoio médico à população do Amapá. **Marinha do Brasil**, Brasília, 16 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-doca-multiproposito-bahia-presta-apoio-medico-populacao-do-amapa>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CORBETT, Julian Stafford. **Some principles of maritime strategy**. [S. l.]: Amazon, 2012. *E-book* (300 p.). Original publicado em 1911.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de: Brigitte Bentolila de Assis Manso *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

DEPLOYMENT: an overview. **Military.com**. Boston, c2021. Disponível em: <https://www.military.com/deployment/deployment-overview.html>. Acesso em: 26 jun. 2021.

ECKSTEIN, Megan. Wasp ARG, 22nd MEU return home after fighting islamic state in Libya; USS Wasp prepares for move to Japan. **USNI News**, Annapolis, 23 Dec. 2016. Disponível em: <https://news.usni.org/2016/12/23/wasp-islamic-state-in-libya-wasp-prepares-for-move-to-japan>. Acesso em 21 jun. 2021.

ELIZABETH I. *In*: BRITANNICA Escola. Chicago: Brittanica, c2021. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Elizabeth-I/481217>. Acesso em: 06 jun. 2021.

EXÉRCITO e Marinha reforçam a segurança no Porto de Santos; protesto de caminhoneiros continua. **G1**, São Paulo, 31 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/exercito-e-marinha-reforcam-a-seguranca-no-porto-de-santos.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Al-Qaeda. *In*: BRASIL Escola. Goiânia: Rede Omnia, c2021a. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/al-qaeda.htm>. Acesso em 23 jun. de 2021.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Transporte marítimo. *In*: MUNDO Educação. Goiânia: Rede Omnia, c2021b. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/trans-porte-maritimo.htm>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GALANTE, Alexandre. Fotos: PHM Atlântico e o NDM Bahia na operação ‘Amazônia Azul – mar limpo é vida’. **Poder Naval**, [s. l.], 8 dez. 2019. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2019/12/08/fotos-phm-atlantico-e-o-ndm-bahia-na-operacao-amazonia-azul-mar-limpo-e-vida/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GAVIÃO, Luiz Octávio. As operações anfíbias no século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 130, n. 1/3, p. 155-179, 2010. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_1-2010.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

GOURE, Daniel. **The amphibious warfare force**: America's first line of defense. Arlington: Lexington Institute, 2019. Disponível em: <https://www.lexingtoninstitute.org/wp-content/uploads/2019/02/The-Amphibious-Warfare-Force.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

HIGA, Carlos César. Pacto de Varsóvia. *In*: BRASIL Escola. Goiânia: Rede Omnia, c2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/pacto-de-varsovia.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIY, Jose L. **Multi-domain battle**: a necessary adaptation of US military doctrine. 2018. Monograph (Military studies) – School of Advanced Military Studies, US Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, United States, 2018. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1071121.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1890. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc2.ark:/13960/t50g4010z&view=1up&seq=7>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAINARDI, Benjamin. Yes, China has the world's largest Navy. That matters less than you might think. **The Diplomat**, Arlington VA, 07 Apr. 2021. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/04/yes-china-has-the-worlds-largest-navy-that-matters-less-than-you-might-think/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARTIN, Alexander. The Magellan Star: pirate takedown, force recon style. **U. S. Naval Institute Blog**, Annapolis, 10 Sept. 2010. Disponível em: <https://blog.usni.org/posts/2010/09/10/the-magellan-star>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MONTEIRO, Nuno Sardinha. Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da estratégia marítima. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 131, n. 10/12, p. 136-153, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_4-2011.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

NAVY RECORDS SOCIETY. **Sir Julian Corbett**. United Kingdom, c2021. Disponível em: <https://www.navyrecords.org.uk/author-profiles/sir-julian-corbett/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

NEVES, Daniel. Guerra Fria. *In*: BRASIL Escola. Goiânia: Rede Omnia, c2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guerra-fria.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NÚMERO de navios da marinha mercante - mundo. *In*: INDEXMUNDI. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/map/?v=120&l=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.

OLD ROYAL NAVAL COLLEGE; GREENWICH FOUNDATION. **About us**. London, c2021. Disponível em: <https://ornc.org/about-us/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PROENÇA, Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Guelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PENA, Rodolfo F. Alves. Otan. *In*: MUNDO Educação. Goiânia: Rede Omnia, c2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/otan.htm>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SAIBA quem são os hutis, os rebeldes que derrubaram o governo do Iêmen. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 jan. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150123_huties_rebeldes_saudita_fn. Acesso em: 22 jun. 2021.

SCHOSSLER, Alexandre. Zeitgeist: por que usar Daesh em vez de Estado Islâmico? **Deutsche Welle** (Brasil), Berlin, 17 out. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/zeitgeist-por-que-usar-daesh-em-vez-de-estado-isl%C3%A2mico/a-36071383>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SEZANOWITCH, Robinson L. Regime Taliban. *In*: BRASIL Escola. Goiânia: Rede Omnia, c2021. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-geral/regime-taliban.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Fim da União Soviética. *In*: BRASIL Escola. Goiânia: Rede Omnia, c2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/urss.htm>. Acesso em: 20 jun. de 2021.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4th. ed. London; New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2018.

UNITED STATES. Central Command. **Unified commands, CENTCOM & components**. Florida: U.S. Central Command, [2021?]a. Disponível em: <https://www.centcom.mil/ABOUT-US/COMPONENT-COMMANDS/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

UNITED STATES. Commander, Navy Installations Command. Navy Region Europe, Africa, Central. Naval Support Activity Bahrain. **Marhaba! Welcome to Naval Support Activity Bahrain**. Washington, DC: CNIC, [2021?]b. Disponível em: https://www.cnic.navy.mil/regions/cnreurfcent/installations/nsa_bahrain.html. Acesso em: 26 jun. 2021.

UNITED STATES. Department of the Navy. ...**From the sea**: preparing the naval service for the 21st century. Washington, DC, 1992. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a338570.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UNITED STATES. Department of the Navy. **Forward... from the sea**. Washington, DC, 1994. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/navy/forward-from-the-sea.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UNITED STATES. Department of the Navy. Naval History & Heritage Command. **Amphibious Ready Group**. Washington, DC: NHHC, [201-?]c. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/news-and-events/multimedia-gallery/infographics/history/amphibioos-ready-group.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

UNITED STATES. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-02**: amphibious operations. Washington, DC, 2019. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_02.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

UNITED STATES. Marine Corps. **Amphibious Ready Group and Marine Expeditionary Unit**: overview. Washington, DC, 2014. Disponível em: <https://www.marines.mil/Portals/1/Amphibious%20Ready%20Group%20And%20Marine%20Expeditionary%20Unit%20Overview.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

UNITED STATES. Naval Forces Central Command. Public Affairs; MUSCAT, Oman. Navy-Marine Corps conduct first non-combatant evacuation exercise in Oman. **The Flagship**, Virginia, 23 Sept. 2016. Disponível em: https://www.militarynews.com/norfolk-navy-flagship/news/top_stories/navy-marine-corps-conduct-first-non-combatant-evacuation-exercise-in-oman/article_ca4ceb4c-874a-585c-a80a-5724a6e3ba85.html. Acesso em: 22 jun. 2021.

UNITED STATES. Naval Forces Europe-Africa; UNITED STATES. Department of Navy. Fleet, 6th. **CTF-63**. [Naples, 202-?]. Disponível em: <https://www.c6f.navy.mil/About-Us/Our-Task-Forces/CTF-63/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

USS San Antonio leaves Red Sea after missile attack enters Mediterranean. **Stars and Stripes**, Washington, DC, 20 Oct. 2016a. Disponível em: <https://www.stripes.com/news/navy/uss-san-antonio-leaves-red-sea-after-missile-attack-enters-mediterranean-1.435044>. Acesso em: 22 jun. 2021.

USS San Antonio responds to medical distress call in Gulf of Aden. **Stars and Stripes**, Washington, DC, 14 Sept. 2016b. Disponível em: <https://www.stripes.com/news/uss-san-antonio-responds-to-medical-distress-call-in-gulf-of-aden-1.429041>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**: as representações do século XXI. São Paulo: Contexto, 2015.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223-260, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/182>. Acesso em: 22 jun. 2021.

WEDIN, Lars. **Estratégias marítimas no século XXI**: a contribuição do Almirante Castex. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

WERNER, Ben. Kearsarge Returns to Norfolk After 7-Month Deployment. **USNI News**, Annapolis, 18 July 2019. Disponível em: <https://news.usni.org/2019/07/18/kearsarge-returns-to-norfolk-after-7-month-deployment>. Acesso em: 21 jun. 2021.

YOUNG, Ryan. 22nd MEU, IDF complete Noble Shirley 16. **Defense Visual Information Distribution Service**, [s. l.], 21 July 2016. Disponível em: https://www.dvidshub.net/news/205518/22nd-meu-idf-complete-noble-shirley-16?fb_comment_id=1052848901431181_1053911664658238. Acesso em: 22 jun 2021.